



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 472/2026

Realizada a pesquisa, a respeito do assunto foi localizado:

Constituição Federal.

Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.

Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Lei Federal nº 13.652, de 13 de abril de 2018, que institui o Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo e o Dia Nacional do Orgulho Autista.

Lei Federal nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020, que altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para criar a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTA).

Lei Federal nº 14.254, de 30 de novembro de 2021, que dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.

Lei Federal nº 14.624, de 17 de julho de 2023, que institui o uso do cordão de fita com desenhos de girassóis como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas.

Constituição Estadual.

Lei Estadual nº 12.907, de 15 de abril de 2008, que consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado de São Paulo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Lei Estadual nº 17.158, de 18 de setembro de 2019, que institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Lei Estadual nº 17.651, de 17 de março de 2023, que dispõe sobre a emissão da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA), no âmbito do Estado de São Paulo.

Lei Estadual nº 17.798, de 6 de outubro de 2023, que altera a Lei nº 17.158, de 18 de setembro de 2019, aperfeiçoando a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Lei Estadual nº 18.183, de 21 de agosto de 2025, que dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de salas de regulação sensorial voltadas às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e neuroatípicas em shopping centers no Estado de São Paulo.

Lei Estadual nº 18.398, de 7 de fevereiro de 2026, que autoriza o fornecimento de protetores auriculares para estudantes com Transtorno do Espectro Autista na rede pública estadual de ensino.

Lei Orgânica do Município.

Lei Municipal nº 10.832, de 5 de janeiro de 1990, que determina tratamento prioritário às pessoas portadoras de deficiências físicas.

Lei Municipal nº 11.326, de 30 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais.

Lei Municipal nº 15.409, de 11 de julho de 2011, que estabelece diretrizes a serem observadas na formulação da Política Municipal de Atendimento às Pessoas com Transtorno Invasivo do Desenvolvimento – Autismo.

Lei Municipal nº 16.642, de 9 de maio de 2017, que institui o Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 17.334, de 25 de março de 2020, que dispõe sobre a reestruturação e organização do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

Lei Municipal nº 17.502, de 3 de novembro de 2020, que dispõe sobre a política pública municipal para garantia, proteção e ampliação dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares.

Lei Municipal nº 17.753, de 24 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a criação de um complexo de referência e atendimento especializado às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e pessoas com Síndrome de Down.

Lei Municipal nº 17.872, de 28 de dezembro de 2022, que institui o Programa de Atendimento Educacional Especializado para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos educandos com transtornos específicos do desenvolvimento



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

das habilidades escolares, nas instituições públicas e privadas de ensino do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 18.106, de 26 de abril de 2023, que altera a Lei nº 17.502, de 3 de novembro de 2020, para autorizar a celebração de convênios ou parcerias para fins de capacitação técnica e treinamento de servidores públicos do Município de São Paulo no atendimento às pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

Lei Municipal nº 18.078, de 11 de janeiro de 2024, que obriga a aplicação do questionário M-CHAT para realização do rastreamento de sinais precoces do autismo durante atendimentos em unidades de saúde públicas e privadas no Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 18.132, de 17 de junho de 2024, que acrescenta dispositivo à Lei nº 15.096, de 5 de janeiro de 2010, para determinar que o Programa Censo-Inclusão e Cadastro-Inclusão passe a contemplar as pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

Lei Municipal nº 18.213, de 27 de dezembro de 2024, que denomina "Centro Municipal para Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo Dra. Marina Magro Beringhs Martinez" o 1º Centro Municipal para Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo.

Lei Municipal nº 18.253, de 22 de maio de 2025, que institui o "Cantinho do Acolhimento", consistente em espaços reservados para pessoas neurodivergentes nos estabelecimentos públicos e privados.

Lei Municipal nº 18.387, de 9 de janeiro de 2026, que altera a Lei Municipal nº 16.518, de 22 de julho de 2016, para assegurar e ampliar o direito de ingresso e permanência de pessoas com deficiência acompanhadas de cães de assistência em locais de uso público ou privado no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 496/2026 – Dispõe sobre a criação do Protocolo "Escola Viva" para a inclusão e adaptação ambiental para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras Necessidades Educacionais Especiais (NEEs).

PL 472/2026 – Institui o Programa Municipal de Inclusão Sensorial no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 455/2026 – Institui o Parlamento Inclusivo no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo e dá outras providências.

PL 451/2026 – Institui o programa permanente de capacitação da Guarda Civil Metropolitana para atendimento humanizado às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 441/2026 – Institui o Programa Formação Inclusiva no âmbito do Município de São Paulo, voltado à capacitação de tutores e profissionais da educação para o



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

atendimento de crianças neurodivergentes e dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de tutores na rede pública municipal.

PL 406/2026 – Institui o Programa "CIPTEA EXPRESSA", que estabelece fluxo simplificado para emissão da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA) no Município de São Paulo.

PL 396/2026 – Institui o Programa "Praça Inclusiva" e dá outras providências.

PL 375/2026 – Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de salas sensoriais em creches públicas e credenciadas destinadas ao atendimento de crianças neurodivergentes.

PL 329/2026 – Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Municipal de Creches Especializadas para Atendimento à Pessoa Neurodivergente.

PL 328/2026 – Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Municipal de Atendimento Especializado à Pessoa Idosa Neurodivergente.

PL 307/2026 – Institui o Programa Municipal de Rastreamento da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – "Programa Me Encontre" – no Município de São Paulo.

PL 220/2026 – Institui o "Espaço Sensorial Valentina Salmeron Barbosa dos Santos" nos Centros Educacionais Unificados (CEUs) do Município de São Paulo.

PL 209/2026 – Acrescenta dispositivo à Lei Municipal nº 17.502/2020 para assegurar a possibilidade de vacinação domiciliar às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

PL 180/2026 – Dispõe sobre o fornecimento de protetor auricular na rede municipal de saúde para pessoas com transtornos do neurodesenvolvimento ou outras condições de hipersensibilidade auditiva.

PL 107/2026 – Dispõe sobre a garantia de prioridade de permanência e continuidade dos estudos na mesma unidade escolar da Rede Municipal de Ensino às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

PL 96/2026 – Autoriza que os Centros TEA forneçam atendimento às pessoas com Síndrome de Rett, além das pessoas com transtornos do neurodesenvolvimento.

PL 12/2026 – Institui diretrizes para o incentivo à utilização da musicoterapia como tratamento terapêutico complementar na rede de saúde e assistência social do Município de São Paulo.

PL 1540/2025 – Dispõe sobre o estabelecimento de Parceria Público-Privada com instituições especializadas em alfabetização de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

PL 1442/2025 – Estabelece a obrigatoriedade de programas de formação continuada periódica para profissionais das unidades de educação infantil municipais.

PL 1441/2025 – Dispõe sobre a criação dos "Espaços Brincar" em praças, parques públicos e unidades educacionais do Município de São Paulo.

PL 1405/2025 – Institui o Programa Professor de Inclusão Individual.

PL 1367/2025 – Institui o Programa Municipal de Incentivo à Inclusão Produtiva de Pessoas Neurodivergentes.

PL 1355/2025 – Cria o Programa Sala Azul Itinerante no Município de São Paulo.

PL 1351/2025 – Dispõe sobre a criação de salas sensoriais nas escolas municipais da cidade de São Paulo.

PL 1333/2025 – Autoriza a instituição da obrigatoriedade da disponibilização de meios de Comunicação Aumentativa e Alternativa.

PL 1321/2025 – Autoriza a instituição do Programa Municipal LINCA-TEAN – Linha de Cuidado Integral em Atenção Primária à Saúde das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

PL 1238/2025 – Autoriza a criação da Sala TEA+ para atendimento multidisciplinar de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista e mães atípicas.

PL 1230/2025 – Institui o Programa de Transporte Especial Gratuito para Pessoas Atípicas – TEG Atípico.

PL 1227/2025 – Institui os Centros de Atenção Psicossocial Especializados para Pessoas Atípicas (CAPS-PA).

PL 1154/2025 – Institui o Selo Empresa Amiga da Família Atípica.

PL 1153/2025 – Institui o Programa SINAIS – Sistema de Identificação e Apoio ao Autismo na Infância pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

PL 1116/2025 – Institui a Política Municipal de Diagnóstico Tardio do Transtorno do Espectro Autista (TEA) em adultos e idosos.

PL 1000/2025 – Institui a Política Municipal de Diagnóstico Rápido e Desburocratizado de Transtornos do Neurodesenvolvimento.

PL 921/2025 – Institui o Programa de Transição para a Vida Adulta da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (PTVA-TEA).

PL 920/2025 – Institui a "Rota Azul" e o Programa de Feiras Itinerantes de Apoio às Famílias Atípicas.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

PL 919/2025 – Institui a "Rota Inclusiva" no Município de São Paulo.

PL 892/2025 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação do espaço "Praça Azul – Convivência e Inclusão para Famílias Atípicas".

PL 876/2025 – Altera a Lei nº 18.078/2024 para expandir a aplicação do questionário M-CHAT.

PL 850/2025 – Institui o "Portal TEA" no Município de São Paulo.

PL 813/2025 – Institui o Selo Escola Amiga da Criança e do Adolescente TEA.

PL 770/2025 – Institui a "Sala Azul" no Município de São Paulo.

PL 732/2025 – Dispõe sobre a obrigatoriedade dos Centros de Tratamento de Transtorno do Espectro Autista (TEA) disporem sobre laudo de diagnóstico precoce.

PL 676/2025 – Institui o Circuito Azul Spcine.

PL 497/2025 – Dispõe sobre a criação do Programa Capacita TEA+.

PL 230/2025 – Dispõe sobre a transparência das salas utilizadas para terapias e fisioterapias destinadas a pessoas com Transtorno do Espectro Autista, deficiência intelectual e múltipla.

PL 798/2024 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de implementação de salas multissensoriais.

PL 481/2024 – Dispõe sobre a criação de espaços de convivência para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos Centros Educacionais Unificados (CEUs).

PL 413/2024 – Altera a Lei nº 17.502/2020 para criar os "Espaços Sensoriais" nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs).

PL 412/2024 – Dispõe sobre as Casas de Permanência (CP-TEA).

PL 359/2024 – Institui o Código Municipal da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

PL 210/2024 – Dispõe sobre a disponibilização de salas exclusivas para alunos autistas nas escolas da rede pública municipal.

PL 184/2024 – Torna obrigatória a instalação de sala de aula multissensorial nas escolas da rede municipal de ensino.

PL 480/2023 – Autoriza a criação de Centros de Referência Especializados no Atendimento Integral às Pessoas com Transtorno do Espectro Autista.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

PL 353/2023 – Dispõe sobre a destinação de espaços reservados e adaptados para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em estádios e arenas esportivas.

PL 259/2023 – Dispõe sobre a criação de espaços de playground para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 22 de junho de 2026.

Cintia Talarico da Cruz

Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia

OAB/SP 155.068